



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Gestão - SMG

Secretaria Municipal de Finanças - SF

Concurso Público de Ingresso para provimento de Cargos de

Auditor-Fiscal Tributário Municipal I

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A 1

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Janeiro/2007

LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção: As questões de números 1 a 20 referem-se ao texto seguinte.

Da impunidade

O homem ainda não encontrou uma forma de organização social que dispense regras de conduta, princípios de valor, discriminação objetiva de direitos e deveres comuns. Todos nós reconhecemos que, em qualquer atividade humana, a inexistência de parâmetros normativos implica o estado de barbárie, no qual prevalece a mais dura e irracional das justificativas: a lei do mais forte, também conhecida, não por acaso, como “a lei da selva”. É nessa condição que vivem os animais, relacionando-se sob o exclusivo impulso dos instintos. Mas o **homo sapiens** afirmou-se como tal exatamente quando estabeleceu critérios de controle dos impulsos primitivos.

Variando de cultura para cultura, as regras de convívio existem para dar base e estabilidade às relações entre os homens. Não decorrem, aliás, apenas de iniciativas reconhecidas simplesmente como humanas: podem apresentar-se como manifestações da vontade divina, como valores supremos, por vezes apresentados como eternos. Os dez mandamentos ditados por Deus a Moisés são um exemplo claro de que a religião toma para si a tarefa de orientar a conduta humana por meio de princípios fundamentais. No caso da lei mosaica, um desses princípios é o da **interdição**: “**Não** matarás”, “**Não** cobiçarás a mulher do próximo” etc. Ou seja: está suposto nesses mandamentos que o ponto de partida para a boa conduta é o reconhecimento daquilo que **não** pode ser permitido, daquilo que representa o limite de nossa vontade e de nossas ações.

Nas sociedades modernas, os textos constitucionais e os regulamentos de todo tipo multiplicam-se e sofisticam-se, mas permanece como sustentação delas a idéia de que os direitos e os deveres dizem respeito a todos e têm por finalidade o bem comum. Para garantia do cumprimento dos princípios, instituem-se as sanções para quem os ignore. A penalidade aplicada ao indivíduo transgressor é a garantia da validade social da norma transgredida. Por isso, a impunidade, uma vez manifesta, quebra inteiramente a relação de equilíbrio entre direitos e deveres comuns, e passa a constituir um exemplo de delito vantajoso: aquele em que o sujeito pode tirar proveito pessoal de uma regra exatamente por tê-la infringido. Abuso de poder, corrupção, tráfico de influências, quando não seguidos de punição exemplar, tornam-se estímulos para uma prática delituosa generalizada. Um dos maiores desafios da nossa sociedade é o de não permitir a proliferação desses casos. Se o ideal da civilização é permitir que todos os indivíduos vivam e convivam sob os mesmos princípios éticos acordados, a quebra desse acordo é a negação mesma desse ideal da humanidade.

(Inácio Leal Pontes)

1. Regras de convívio e parâmetros normativos das atividades humanas são considerados, no texto,
 - (A) valores inerentes aos sistemas políticos cuja autoridade se manifesta pelo emprego indiscriminado da força.
 - (B) elementos indispensáveis à conduta civilizada e a toda organização social orientada pelo princípio do bem comum.
 - (C) qualidades naturais de todo indivíduo que se preocupa em conviver com os demais segundo sua própria índole.
 - (D) elementos definidores de toda e qualquer forma de organização social comandada pelo princípio da repressão.
 - (E) valores prioritários das relações sociais cuja base ética se manifesta consoante os impulsos da ordem natural.

2. São contraditórias entre si as duas situações representadas em:
 - (A) obediência aos ditames da lei mosaica / acatamento do princípio da interdição.
 - (B) elaboração de textos constitucionais / instituição de sanções inibitórias para os delitos.
 - (C) estabilização das relações entre os homens / aplicação de princípios éticos comuns.
 - (D) valorização de princípios socialmente acordados / exaltação dos impulsos individuais.
 - (E) manifestações da vontade divina / eleição de valores acolhidos como eternos.

3. Considere as seguintes afirmações:
 - I. Quando o homem se compara aos demais seres da natureza, deve concluir que a condição humana tornou-o imune à ação dos instintos.
 - II. A multiplicação e a sofisticação dos códigos e regulamentações que regem nossa vida vêm tendo como efeito a expansão da impunidade.
 - III. O sentido social de uma norma já instituída é reforçado quando se pune exemplarmente o indivíduo que a violentou.

Em relação ao que diz o texto, ou ao que dele pode-se depreender, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma expressão do texto em:
 - (A) *discriminação objetiva* (1º parágrafo) = especificação tendenciosa.
 - (B) *implica o estado de barbárie* (1º parágrafo) = provém de uma constituição anômala.
 - (C) *toma para si a tarefa de orientar* (2º parágrafo) = investe-se da missão de nortear.
 - (D) *instituem-se as sanções* (2º parágrafo) = prescrevem-se as prerrogativas.
 - (E) *seguidos de punição exemplar* (3º parágrafo) = advindos de exemplificações punitivas.

<p>5. A concordância verbal estabelece-se plena e adequadamente em:</p> <p>(A) Para que o cumprimento de todos os princípios fundamentais seja garantido, devem especificar-se as sanções.</p> <p>(B) No caso de que se infrinja as normas e os princípios, não de se lançar mão das sanções correspondentes.</p> <p>(C) Constituem um dos exemplos de delitos vantajosos o caso em que o detentor de um poder abuse de sua autoridade.</p> <p>(D) Não houvesse sido criadas quaisquer regras de convívio, estaríamos todos vivendo sob o comando de nossos instintos mais primitivos.</p> <p>(E) O que nos mandamentos de Moisés se impõem como um dos princípios fundamentais é a necessidade de reconhecimento dos nossos limites.</p>	<p>8. Considerando-se o contexto, deve-se entender que o sentido do elemento sublinhado em</p> <p>(A) (...) <i>mas o homo sapiens afirmou-se <u>como tal</u></i> (1º parágrafo) é equivalente ao de do mesmo modo.</p> <p>(B) <i>Não decorrem, <u>aliás</u>, apenas de iniciativas reconhecidas simplesmente como humanas</i> (2º parágrafo) é equivalente ao de por conseguinte.</p> <p>(C) (...) <i>a impunidade, <u>uma vez</u> manifesta, quebra inteiramente a relação de equilíbrio</i> (3º parágrafo) é equivalente ao de quando.</p> <p>(D) (...) <i>um exemplo de delito vantajoso: <u>aquele em que</u> o sujeito pode tirar proveito pessoal</i> (3º parágrafo) é equivalente ao de aonde.</p> <p>(E) (...) <i>a quebra desse acordo é a negação <u>mesma</u> desse ideal da humanidade</i> (3º parágrafo) é equivalente ao de idêntica.</p>
<p>6. Está bem observada a correlação entre os tempos e modos verbais na construção do período:</p> <p>(A) Se não variassem de cultura para cultura, as regras de convívio terão alcançado, efetivamente, a chamada validade universal.</p> <p>(B) Tendo cabido ao <i>homo sapiens</i> discriminar critérios de convívio, conseguiu ele criar uma organização social que, até hoje, não abdica de punir quem os desprezite.</p> <p>(C) A relação de equilíbrio entre direitos e deveres comuns estava sendo prejudicada caso se viesse a permitir a existência de privilégios.</p> <p>(D) Para que não se consagrasse o péssimo exemplo da impunidade, faz-se necessária a sanção dos que vierem a cometer delitos.</p> <p>(E) Enquanto os animais continuam regulando-se pela “lei da selva”, os homens estariam sempre se esforçando para tê-la superado.</p>	<p>9. Transpondo-se para a voz passiva a construção O homo sapiens estabeleceu critérios de controle dos impulsos primitivos, a forma verbal resultante será</p> <p>(A) foi estabelecido.</p> <p>(B) são estabelecidos.</p> <p>(C) tem estabelecido.</p> <p>(D) têm sido estabelecidos.</p> <p>(E) foram estabelecidos.</p>
<p>7. Expressa uma finalidade a oração subordinada adverbial sublinhada em:</p> <p>(A) (...) <i>a <u>religião toma para si a tarefa</u> de orientar a conduta humana.</i></p> <p>(B) (...) <i>o sujeito pode tirar proveito pessoal de uma regra <u>por tê-la infringido</u>.</i></p> <p>(C) (...) <i>o ponto de partida para a boa conduta é o reconhecimento daquilo <u>que não pode ser permitido</u>.</i></p> <p>(D) (...) <i>as regras de convívio existem <u>para dar base e estabilidade às relações entre os homens</u>.</i></p> <p>(E) (...) <i>o ideal da civilização é permitir <u>que todos os indivíduos vivam sob os mesmos princípios éticos acordados</u>.</i></p>	<p>10. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do singular para preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Nunca (haver) de prosperar as sociedades cujos princípios sejam frágeis.</p> <p>(B) (cabere) aos animais viver segundo os impulsos de seus instintos primários.</p> <p>(C) -se (estipular) na lei mosaica, como se sabe, princípios de interdição.</p> <p>(D) Pela lei mosaica, (cuidar) os homens de observar rígidos ditames.</p> <p>(E) A nenhum de nós (deixar) de afetar os rigores das sanções previstas.</p> <p>11. <i>Não decorrem, aliás, apenas <u>de iniciativas</u> reconhecidas simplesmente como humanas (...).</i></p> <p>O elemento sublinhado na frase acima poderá permanecer o mesmo, caso substituamos <i>Não decorrem</i> por</p> <p>(A) Não advêm.</p> <p>(B) Não implicam.</p> <p>(C) Não têm origem.</p> <p>(D) Não se devem.</p> <p>(E) Não se atribuem.</p>

<p>12. O termo sublinhado constitui o sujeito da seguinte construção:</p> <p>(A) Não <u>se</u> encontrou uma forma definitiva de organização social.</p> <p>(B) É nessa <u>condição</u> que vivem os animais.</p> <p>(C) Tais delitos acabam tornando-se <u>estímulos</u> para a banalização das transgressões.</p> <p>(D) Ocorre <u>isso</u> por conta das reiteradas situações de impunidade.</p> <p>(E) Deve-se reconhecer na <u>interdição</u> um princípio da lei mosaica.</p>	<p>15. No caso das leis mosaicas, um desses princípios é <u>o da interdição</u>: “Não matarás”.</p> <p>O pronome sublinhado na frase acima reaparece, conservando a mesma função sintática que nela exerce, nesta outra frase:</p> <p>(A) Para se garantir o cumprimento de um princípio, instituiu-se uma sanção para quem o ignore.</p> <p>(B) Quanto ao abuso de poder, só rigorosas diligências e isenta apuração o evitam.</p> <p>(C) Dos desafios da nossa sociedade, talvez o maior seja o de não se permitir a impunidade.</p> <p>(D) O homo sapiens, que tem o dom da racionalidade criativa, nem sempre o aproveita em seu benefício.</p> <p>(E) Se o indivíduo responsável pela aplicação da justiça transgredir um princípio, que ninguém o acoberte.</p>
<p>13. Está correta a grafia de todas as palavras na frase:</p> <p>(A) Não constitui uma primasia dos animais a satisfação dos impulsos instintivos: também o homem regozija-se em atender a muitos deles.</p> <p>(B) As situações de impunidade infligem sérios danos à organização das sociedades que tenham a pretensão da exemplaridade.</p> <p>(C) É difícil atingir uma relação de complementaridade entre a premissa dos instintos naturais e a força da razão.</p> <p>(D) Se é impossível chegarmos à abstenção completa da satisfação dos instintos, devemos, ao menos, procurar restringir seu poder sobre nós.</p> <p>(E) A dissuasão dos contraventores se faz pela exemplaridade das sanções, de modo que a cada delito corresponda uma justa punição.</p>	<p>16. Estão corretos o emprego e a flexão de todas as formas verbais na frase:</p> <p>(A) Se os homens dessem ouvido à consciência e contessem seus instintos, as relações sociais seriam mais harmoniosas.</p> <p>(B) Aos homens nunca aprouve respeitar os princípios coletivos quando não prescrita uma punição para quem viesse a menosprezá-los.</p> <p>(C) Se os cidadãos elegerem princípios e convirem que estes são justos, só os infligirá quem se valer de má fé.</p> <p>(D) No caso de evidente erro judiciário, deve-se ratificar a sanção aplicada para que a punição injusta não constitua um argumento a favor da impunidade.</p> <p>(E) Quando todos revirmos o papel social que nos cabe e nos dispormos a exercê-lo de fato, nenhum caso de impunidade será tolerado.</p>
<p>14. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) Embora sejamos tentados, freqüentemente, a qualificar como cruel ou maldoso o comportamento de certos animais, o fato é que, para eles, só há os instintos.</p> <p>(B) Por mais que difiram entre si, as constituições, nenhuma delas deixa-se reger, por princípios que desfavoreçam, ou impeçam algum equilíbrio nas relações sociais.</p> <p>(C) Via de regra o abuso de poder constitui um caso difícil de ser apurado, uma vez que, o próprio agente do delito, costuma exercer forte influência, na investigação dos fatos.</p> <p>(D) É muito comum nas conversas mais informais, os indivíduos se referirem a casos públicos de impunidade, tomando-os como justificativas, de seus delitos pessoais.</p> <p>(E) Não é fácil, submeter-se ao equilíbrio entre o direito e o dever, pois, a tendência é de um lado, valorizar o direito, e de outro minimizar o dever que lhe corresponde.</p>	<p>17. Não é preciso amar os princípios de convivência, como também não se deve <u>ignorar esses princípios</u>, pois quem não dá fé a <u>esses princípios</u> impede que os contraventores <u>levem a sério esses princípios</u>.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os segmentos sublinhados por, respectivamente,</p> <p>(A) ignorá-los – lhes dá fé – os levem a sério</p> <p>(B) ignorar-lhes – dá-lhes fé – levem-lhes a sério</p> <p>(C) lhes ignorar – lhes dá fé – os levem a sério</p> <p>(D) ignorá-los – dar fé a eles – levem-lhes a sério</p> <p>(E) os ignorar – os dá fé – levem-nos a sério</p>

18. Está clara, coerente e correta a redação da seguinte frase:

- (A) Conquanto seja impossível a adesão de todos em que se cumpra os princípios de convívio social, ainda assim há aqueles que relutam em aceitar tais esforços.
- (B) À medida em que desceu Moisés com os mandamentos do monte Sinai, seus seguidores deram-se conta de que alguns deles paltavam-se pelo princípio da interdição.
- (C) Para que se mantenha um mínimo equilíbrio nas relações sociais, desde que não se pode permitir casos de impunidade, onde os infratores ainda pou-sam de vitoriosos.
- (D) Não é mau auferir benefícios pessoais quando estes não acarretam, de forma alguma, qualquer tipo de prejuízo ou restrição ao pleno exercício dos direitos alheios.
- (E) Embora nem sempre seja de fácil aceitação, nem sempre as sanções deixam de ser necessárias, já que sem as mesmas correria-se o risco de se voltar ao estado da barbárie.

19. NÃO se justificam as ocorrências do sinal de crase em:

- (A) Não me reporto à impunidade de um caso particular, mas àquela que se generaliza e dissemina a descrença na justiça dos homens.
- (B) É difícil admitir que vivem à solta tantos delinqüentes, sobretudo quando se sabe que pessoas inocentes são levadas à barra dos tribunais.
- (C) O autor do texto faz menção à uma série de princípios de interdição, à qual teria proveniência na vontade divina.
- (D) Assiste-se hoje à multiplicação de casos de impunidade, à descabida proliferação de maus exemplos de conduta social.
- (E) Quem dá crédito à ação da justiça não pode deixar de trabalhar para que não se furtem às sanções os mais poderosos.

20. Está correto o uso do segmento sublinhado na frase:

- (A) Trata-se de um texto em cuja tese poucos devem mostrar-se contrários.
- (B) A natureza também tem seus princípios de violência, a cujos os homens precisam superar.
- (C) Nos ditames da lei mosaica, cujo o rigor é indiscutível, prevalece o princípio da interdição.
- (D) As normas da ética, de cujas ninguém devia se afastar, não são exatamente as mesmas ao longo do tempo.
- (E) Os braços da justiça, a cujo alcance deveriam estar todos, tornam-se inócuos quando desprestigiados.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

- 21. O menor com dezesseis anos, titular de estabelecimento empresarial mantido com economia própria,
 - (A) poderá ser empresário se for emancipado.
 - (B) poderá ser empresário se obtiver autorização judicial.
 - (C) poderá ser empresário se constituir pessoa jurídica para administrar o estabelecimento.
 - (D) é empresário.
 - (E) não poderá ser empresário.
- 22. Uma sociedade limitada, com dois sócios, teve seus atos constitutivos assinados, mas não arquivados no órgão competente. Não obstante a falta de arquivamento, iniciou-se a operação empresarial. De acordo com o contrato social, os sócios podiam praticar isoladamente quaisquer atos compreendidos no objeto da sociedade. Na eventualidade de a sociedade contrair dívidas de natureza civil, o respectivo credor poderá satisfazer-se com os bens
 - (A) sociais, apenas.
 - (B) pessoais de quaisquer dos sócios, mas não poderá penhorar bens sociais.
 - (C) pessoais de quaisquer dos sócios, independentemente da existência de bens sociais suficientes para liquidar a dívida.
 - (D) sociais ou, subsidiariamente, de quaisquer dos sócios.
 - (E) sociais ou do sócio que se obrigou pela sociedade, indistintamente.
- 23. Por meio de determinado contrato, João transferiu a Antônio a propriedade de um bem imóvel. Em contrapartida, Antônio se compromete a pagar a Pedro a quantia de R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais, em caráter vitalício, a partir da transmissão da propriedade. Este negócio jurídico é tipificado como
 - (A) compromisso de compra e venda.
 - (B) locação.
 - (C) constituição de renda.
 - (D) mandato.
 - (E) permuta.
- 24. O estabelecimento é definido como o “complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária”. A partir dessa definição, extrai-se que a natureza jurídica do estabelecimento é a de
 - (A) universalidade de fato, entendida como conjunto de bens pertencentes à mesma pessoa, com destinação unitária.
 - (B) universalidade de direito, entendida como o complexo de relações jurídicas de uma pessoa, dotadas de valor econômico.
 - (C) bem coletivo, entendido como o conjunto de bens singulares no qual são mantidas as características individuais destes.
 - (D) bem indivisível, entendido como aquele que se pode fracionar sem alteração na sua substância ou diminuição considerável de valor.
 - (E) pertença, entendido como bem que se destina, de modo duradouro, ao uso, serviço ou aformoseamento de outro.

<p>25. Caio vendeu a Tício imóvel de sua propriedade, pelo preço de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Durante as negociações, Caio mencionou que o imóvel tinha área de 1.000 m² (mil metros quadrados). Todavia, ao ingressar na posse, Tício constatou que a área, na realidade, era de 900 m² (novecentos metros quadrados). Neste caso, Tício</p> <p>(A) não terá direito à restituição proporcional do preço, em nenhuma hipótese.</p> <p>(B) terá direito à restituição proporcional do preço, se a venda houver sido estipulada <i>ad mensuram</i>.</p> <p>(C) terá direito à restituição proporcional do preço, se a venda houver sido estipulada <i>ad corpus</i>.</p> <p>(D) teria direito à restituição proporcional do preço, se a diferença não fosse superior a 1/20 (um vigésimo) da área declarada.</p> <p>(E) terá direito à restituição proporcional do preço, em qualquer hipótese.</p>	<p>29. José deve a Tomás a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Tomás, contudo, não tomou medidas necessárias para a cobrança, o que ensejou o transcurso do prazo prescricional. Posteriormente, Tomás dirige notificação a José, solicitando o pagamento, e José lhe responde afirmando que pagará a dívida em 3 meses, assim que conseguir recursos. Se José não pagar a dívida nesse prazo, Tomás</p> <p>(A) não pode cobrar a dívida, porque os prazos prescricionais não podem ser alterados por vontade das partes.</p> <p>(B) pode cobrar a dívida, pois José renunciou à prescrição.</p> <p>(C) não pode cobrar a dívida, pois não se admite renúncia tácita à prescrição.</p> <p>(D) não pode cobrar a dívida, porque os prazos prescricionais não podem ser interrompidos.</p> <p>(E) não pode cobrar a dívida, porque a prescrição consumada é definitiva.</p>
<p>26. Na lacuna da lei, o juiz</p> <p>(A) decidirá com base na analogia, nos costumes e nos princípios gerais de direito.</p> <p>(B) decidirá com base na equidade e na jurisprudência.</p> <p>(C) decidirá o caso apenas se houver precedentes judiciais vinculantes dos tribunais superiores.</p> <p>(D) arbitrará a solução que lhe parecer mais justa, de forma motivada.</p> <p>(E) poderá escusar-se de proferir decisão.</p>	<p>30. A decretação da falência de empresário individual</p> <p>(A) opera a extinção das garantias reais constituídas em favor de credores comerciais.</p> <p>(B) é providência impossível, porque a falência é instituto aplicável apenas às pessoas jurídicas.</p> <p>(C) retira-lhe a administração de seus bens pessoais vinculados ao exercício da empresa.</p> <p>(D) tem requisitos diferentes daqueles aplicáveis às sociedades empresárias.</p> <p>(E) extingue automaticamente todos os contratos de que for parte.</p>
<p>27. De acordo com o regime da participação final nos aqüestos,</p> <p>(A) os bens adquiridos a título oneroso por qualquer dos cônjuges na constância do casamento são considerados de propriedade comum do casal.</p> <p>(B) a alienação de participações societárias de propriedade exclusiva de um dos cônjuges depende da autorização do outro.</p> <p>(C) os cônjuges deverão proceder à equalização dos bens adquiridos a título oneroso na constância do casamento, no caso de divórcio.</p> <p>(D) os bens adquiridos a título gratuito por qualquer dos cônjuges, ainda que anteriormente ao casamento, são considerados de propriedade comum do casal.</p> <p>(E) cada cônjuge deverá transferir ao outro a metade ideal dos bens adquiridos durante a constância do casamento, no caso de divórcio.</p>	<p>31. A recusa ao aceite de uma duplicata de prestação de serviços</p> <p>(A) permite ao sacador que a proteste por falta de aceite, como condição para cobrança do respectivo valor face ao endossatário.</p> <p>(B) impede que o título circule por meio de endosso, tendo em vista a imperfeição da relação jurídica cambiária.</p> <p>(C) dá ao sacador o direito de reputá-la vencida antecipadamente e proceder a sua cobrança judicial, desde que precedida do protesto por falta de pagamento.</p> <p>(D) independe de maior formalidade quanto ao prazo e à forma de sua efetivação.</p> <p>(E) poderá ser efetuada se os serviços houverem sido prestados de forma comprovadamente viciada.</p>
<p>28. NÃO é nulo o ato jurídico</p> <p>(A) simulado.</p> <p>(B) praticado sem observância da forma legal.</p> <p>(C) praticado por absolutamente incapaz.</p> <p>(D) praticado com reserva mental, desconhecida da outra parte.</p> <p>(E) sujeito à condição suspensiva impossível.</p>	<p>32. NÃO enseja a aquisição de propriedade de bem imóvel particular por usucapião, a posse contínua, ininterrupta e sem oposição, de</p> <p>(A) qualquer bem imóvel, por 10 (dez) anos, com justo título e boa-fé.</p> <p>(B) qualquer bem imóvel, por 10 (dez) anos, independentemente de justo título e boa-fé.</p> <p>(C) imóvel residencial do possuidor, por 10 (dez) anos, independentemente de justo título e boa-fé.</p> <p>(D) imóvel urbano com até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e que seja o único imóvel do possuidor, destinado a sua residência, por 5 (cinco) anos, independentemente de justo título e boa-fé.</p> <p>(E) imóvel rural com até 50ha (cinquenta hectares) e que seja o único imóvel do possuidor, destinado a sua residência e subsistência, por 5 (cinco) anos, independentemente de justo título e boa-fé.</p>

<p>33. O proprietário de um imóvel que planta árvores em seu terreno se tornará proprietário destas por</p> <p>(A) acessão.</p> <p>(B) aluvião.</p> <p>(C) avulsão.</p> <p>(D) especificação.</p> <p>(E) ocupação.</p>	<p>37. Determinado município celebra contrato de locação, na qualidade de locatário, de imóvel urbano destinado à instalação de posto de saúde. No decorrer da execução do contrato, constatam-se diversas falhas estruturais nos alicerces do imóvel, que impedem a sua utilização. Neste caso, o</p> <p>(A) proprietário deverá efetuar a reparação, porque responde pela evicção.</p> <p>(B) Município poderá efetuar a reparação por conta própria, ressarcindo-se posteriormente perante o proprietário.</p> <p>(C) proprietário poderá efetuar a reparação por conta própria, ressarcindo-se posteriormente perante o Município.</p> <p>(D) dever de reparar o imóvel depende de expressa previsão contratual, atribuindo-o a uma das partes.</p> <p>(E) dever de reparar o imóvel depende de haver sido expressamente previsto, como condição da licitação destinada à locação do imóvel.</p>
<p>34. A notificação do devedor inadimplente é providência indispensável para constituí-lo em mora quando</p> <p>(A) o credor pretender extinguir a dívida por compensação.</p> <p>(B) a obrigação for positiva e líquida e não houver sido cumprida em seu termo.</p> <p>(C) se tratar de obrigação proveniente de ato ilícito.</p> <p>(D) não houver termo para cumprimento da obrigação.</p> <p>(E) a obrigação for negativa.</p>	<p>38. No direito brasileiro, são regidas pelas regras da responsabilidade civil objetiva as obrigações por atos ilícitos decorrentes de</p> <p>(A) acidentes de trânsito e acidentes de trabalho.</p> <p>(B) atos praticados por profissionais liberais e relações de consumo.</p> <p>(C) danos ao meio ambiente e relações de consumo.</p> <p>(D) atos praticados por profissionais liberais e por pessoas jurídicas de direito público.</p> <p>(E) contratos de transporte e de mandato.</p>
<p>35. Desejando guardar móveis e eletrodomésticos inservíveis, Cláudio contrata a empresa denominada "Armazéns Gerais Ltda.", pelo prazo certo de 12 (doze) meses. Passado esse período, resolve retirar os bens, mas foi impedido de fazê-lo pela empresa porque não havia pago a retribuição devida, relativa aos últimos dois meses. Além disso, um dos bens armazenados continha substâncias tóxicas que vazaram e contaminaram bens de outros proprietários, que foram indenizados pela empresa depositária. Nesse caso, a retenção dos bens de Cláudio é providência</p> <p>(A) lícita, para garantia do pagamento da retribuição e para o ressarcimento dos danos causados.</p> <p>(B) lícita apenas para garantia do pagamento da retribuição, mas não para o ressarcimento dos danos causados.</p> <p>(C) lícita apenas para o ressarcimento dos danos causados, mas não para o pagamento da retribuição.</p> <p>(D) ilícita, tendo Cláudio direito à restituição dos bens por suas próprias forças.</p> <p>(E) ilícita, tendo Cláudio direito à indenização correspondente ao valor dos bens depositados.</p>	<p>39. As condições para a desconsideração da personalidade jurídica, tais como regidas pelo Código Civil e pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), são</p> <p>(A) idênticas.</p> <p>(B) distintas, porque pelo Código Civil é necessária a prova do excesso de poder por parte do sócio, ao passo que pelo Código de Defesa do Consumidor é necessária a prova da fraude contra o consumidor.</p> <p>(C) distintas, porque além das condições já previstas pelo Código Civil, o Código de Defesa do Consumidor exige, adicionalmente, a comprovação da violação dos estatutos ou do contrato social em detrimento do consumidor.</p> <p>(D) distintas, porque o Código Civil permite a desconsideração apenas em casos de desvio de finalidade ou confusão patrimonial, ao passo que o Código de Defesa do Consumidor traz hipóteses mais amplas.</p> <p>(E) distintas apenas no campo de sua aplicação, pois o Código de Defesa do Consumidor restringe-se às relações de consumo, sendo nos demais aspectos idênticas.</p>
<p>36. É direito do usufrutuário</p> <p>(A) alienar o usufruto, a título gratuito ou oneroso.</p> <p>(B) a disposição <i>causa mortis</i> do usufruto, por testamento.</p> <p>(C) requerer, do nu-proprietário, a consolidação da propriedade em suas mãos a qualquer tempo.</p> <p>(D) exonerar-se do pagamento de quaisquer despesas incidentes sobre o bem.</p> <p>(E) a percepção de alugueres incidentes durante o usufruto.</p>	<p>40. A sociedade personificada, própria de atividades empresariais e em que todos os sócios são solidariamente e ilimitadamente responsáveis pelas dívidas sociais é denominada sociedade</p> <p>(A) de capital e indústria.</p> <p>(B) simples.</p> <p>(C) em comandita simples.</p> <p>(D) em comum.</p> <p>(E) em nome coletivo.</p>

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

41. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), implementado nos anos 90, teve, entre seus principais objetivos e diretrizes,

- (A) propiciar a reforma do Aparelho do Estado, estabelecendo condições para que o Governo possa aumentar sua governança, fortalecendo as funções de coordenação e regulação.
- (B) aumentar a eficiência da gestão pública, privilegiando e fortalecendo os sistemas de controle *a priori* da atividade administrativa.
- (C) a profissionalização dos setores estratégicos da Administração e a ampliação da participação direta do Estado nos diversos setores da sociedade e da economia.
- (D) a reforma do Estado, mediante a substituição do modelo burocrático pela administração gerencial, com foco no cidadão, prescindindo, assim, de sistemas de controles *a priori* e *a posteriori*.
- (E) o fortalecimento do núcleo estratégico do Estado, com a modernização das estruturas organizacionais, ampliando e fortalecendo os sistemas centralizados de controle de processos.

42. É correto apontar entre as motivações para o movimento de Reforma do Estado, levado a efeito na esfera federal pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado,

- (A) o ideário neoliberal, que propõe a retirada do Estado de diversos setores da sociedade, reduzindo-se seu papel de prestador direto de serviços públicos e de agente de fomento da atividade econômica.
- (B) a intenção de ampliar a intervenção do Estado no domínio econômico, dada a crescente demanda da sociedade por bens e serviços públicos, do que resultou a profissionalização e a ampliação do Aparelho do Estado.
- (C) a crise fiscal, caracterizada pela crescente perda de crédito por parte do Estado e pelo esgotamento da poupança pública, o que ensejou a privatização em larga escala de empresas estatais exploradoras de atividade econômica e prestadoras de serviço público.
- (D) o esgotamento do modelo de Estado prestador direto de serviços públicos, enfatizando-se a privatização de empresas estatais, desonerando o Estado da responsabilidade pela disponibilização de tais serviços aos usuários.
- (E) a necessidade de implementação de uma política de ajuste fiscal, como consequência do cumprimento de obrigações com organismos internacionais, implicando redução do Aparelho do Estado, bem como do setor público não-estatal, em função do esgotamento das fontes de financiamento.

43. O modelo de Administração Burocrática, que tem entre seus principais expoentes Max Weber, caracteriza-se

- (A) pela criação de uma estrutura própria e estável, imune à alternância dos governantes, submetida a rígidos controles de resultado e de qualidade, sendo comumente criticada pelo excesso de formalismo e falta de flexibilidade.
- (B) pela consolidação do patrimonialismo, fazendo com que o Aparelho do Estado atue como extensão do poder dos governantes, sendo comumente criticada pelo clientelismo, nepotismo e ausência de controles efetivos.
- (C) pelo fortalecimento do Aparelho do Estado, que passa a atuar de forma paralela e imune ao poder dos governantes, sendo comumente criticada pelo inchaço dos quadros de servidores públicos e ausência de eficiência na correspondente atuação.
- (D) pela ênfase na idéia de carreira, hierarquia funcional, impessoalidade e formalismo, sendo comumente criticada pela rigidez do controle dos processos, de forma auto-referenciada e sem compromisso com os resultados para o cidadão.
- (E) como reação à Administração Pública patrimonialista, buscando instituir mecanismos de controle da atuação dos governantes, com ênfase nos resultados, sendo comumente criticada pela ausência de controles eficazes dos processos.

44. A partir da segunda metade do século XX, começa a verificar-se a erosão do modelo de Administração Pública Burocrática, seja em função da expansão das funções econômicas e sociais do Estado, seja em face do desenvolvimento tecnológico e do fenômeno da globalização. Surge, então, o modelo da Administração Pública Gerencial, cujas características são:

- (A) concentração dos processos decisórios, aumento dos controles de processos e ênfase no cidadão.
- (B) descentralização dos processos decisórios, redução dos níveis hierárquicos, competição administrativa no interior das estruturas organizacionais e ênfase no cidadão.
- (C) inversão do conceito clássico de hierarquia, com redução dos níveis inferiores e aumento dos intermediários, dando a estes mais poder decisório, com ênfase no controle dos processos internos.
- (D) acentuação da verticalização das estruturas organizacionais, com aumento dos níveis hierárquicos superiores, onde se concentra o poder decisório, ênfase nos controles interno e externo da atuação dos escalões inferiores.
- (E) descentralização dos processos decisórios, horizontalização das estruturas organizacionais, substituição dos mecanismos de controle de processos por mecanismos de controle de resultados, com foco no cidadão.

<p>45. Do ponto de vista do servidor público, a Administração Gerencial prioriza</p> <p>(A) o fortalecimento das carreiras formalmente estabelecidas, com garantia de ascensão por tempo de serviço e manutenção de mecanismos de estabilidade.</p> <p>(B) o recrutamento por concurso público, para carreiras eminentemente técnicas, e por métodos de seleção diferenciados, para profissionais que ocupem funções de liderança, instituição de técnicas de motivação, treinamento e capacitação.</p> <p>(C) o recrutamento e a promoção por avaliação de desempenho, focada em sistema de controle de resultados aliado à autonomia dos servidores.</p> <p>(D) o abandono de modelos clássicos de carreira, estruturada em níveis e com promoção por mérito e antiguidade, por evolução funcional horizontal, com acréscimos salariais decorrentes de participação nos resultados e gratificações por funções.</p> <p>(E) a remuneração por desempenho, a constante capacitação, o sistema de promoção por mérito em carreiras estruturadas e a autonomia dos executores.</p>	<p>47. No que diz respeito ao controle de gestão de redes organizacionais, é correto afirmar:</p> <p>(A) Fundamenta-se na perspectiva de um sistema de unidades independentes, caracterizando-se pela preocupação em identificar e resolver problemas e pela adoção de comportamentos estratégicos.</p> <p>(B) A ênfase recai sobre a coordenação das ações individuais, perspectivas de curto prazo, com vistas ao alcance de resultados imediatos.</p> <p>(C) Seus gerentes atuam com base em procedimentos articulados e devem ser treinados a partir de perspectivas rigorosamente especializadas e totalizantes.</p> <p>(D) Apóia-se na coordenação flexível e no reforço das hierarquias em linha, com permanentes e claras definições de tarefas.</p> <p>(E) Busca, por meio de seus gerentes, sofisticar os mecanismos de controle e emitir comandos claramente delimitados, de molde a atingir pessoas que operam em diferentes unidades de trabalho.</p>
<p>46. A idéia de reengenharia do setor público conjuga as noções de reforma do Estado e reforma do Aparelho do Estado, ambas presentes no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Dentro desse conceito, cabe distinguir, no denominado Aparelho do Estado,</p> <p>(A) o núcleo estratégico, onde se exercem as atividades de definição de políticas públicas, regulação, fiscalização e fomento dos setores de atuação exclusiva do estado, como os de prestação de serviços de grande relevância social, sendo imprescindível a atuação direta do setor público em ambos os setores.</p> <p>(B) o núcleo estratégico, assim considerado o governo, em sentido lato, a quem cabe definir as políticas públicas dos setores de regulamentação, fiscalização e fomento, sendo mais adequado para a gestão das atividades deste último o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada.</p> <p>(C) os setores de atividades exclusivas, onde se exerce o poder extroverso do Estado – de fiscalizar e regulamentar –; dos setores de serviços não exclusivos, onde o Estado atua simultaneamente com organizações públicas não-estatais e privadas, como, por exemplo, nas áreas da saúde e educação.</p> <p>(D) os setores próprios da atuação do Estado, denominado núcleo estratégico – definição de políticas públicas, regulação, fiscalização e prestação de serviços públicos – dos setores que devem ser reservados à atuação exclusiva do setor privado, como o de intervenção direta no domínio econômico.</p> <p>(E) os setores de atuação preferencial do estado, denominado núcleo estratégico, dos setores de atuação preferencial do setor privado, consistente na intervenção direta no domínio econômico e desempenho de serviços públicos não-exclusivos, cabendo ao Estado também fomentar a atuação do privado na função de agente regulador.</p>	<p>48. A respeito dos desafios enfrentados pela Administração pública para aplicação da concepção de Gestão de Qualidade Total, é correto afirmar que</p> <p>(A) existe grande influência cultural na adesão das pessoas aos preceitos e valores da qualidade, sendo ainda mais relevantes as dificuldades decorrentes da posição hierárquica.</p> <p>(B) sua aplicação em serviços mostra-se dificultada em função do fator qualidade percebida e à correspondente impossibilidade de geração de indicadores objetivos de qualidade.</p> <p>(C) os servidores públicos tendem a rejeitar todo e qualquer mecanismo de gestão, planejamento, avaliação e controle originários do setor privado, como é o caso da Qualidade Total.</p> <p>(D) a descontinuidade administrativa e a existência de regras e regulações burocráticas extensivas e padronizadas inviabilizam aplicações duradouras da gestão da Qualidade Total no setor público.</p> <p>(E) as estruturas organizacionais, presas ao paradigma burocrático, não oferecem mecanismos para aferição da qualidade dos serviços desempenhados pelo Estado por meio de seus servidores.</p>
	<p>49. A partir dos anos 90, ganha ênfase o conceito de reengenharia, concebido como uma intervenção estratégica para adaptar as organizações ao ambiente em que atuam, o qual caracteriza-se por</p> <p>(A) privilegiar operações centralizadas e a especialização, concebendo-as como ferramentas estratégicas de mudança.</p> <p>(B) priorizar obtenção contínua de pequenas reduções de custos e da racionalização dos recursos humanos, com o objetivo de dar maior agilidade e competitividade às organizações.</p> <p>(C) ter o propósito básico de promover redefinições em departamentos das unidades organizacionais, respeitando as fronteiras, os conflitos e as polarizações existentes entre eles.</p> <p>(D) apoiar-se em uma visão integral das organizações, no acúmulo de conhecimento, no planejamento e na vinculação das mudanças estruturais às mudanças humanas e culturais.</p> <p>(E) aplicar critérios e métodos quantitativos, partindo do pressuposto de que a ação e o fazer têm prevalência sobre o pensar.</p>

<p>50. O paradigma do cliente impacta de forma diferenciada as organizações do setor público e as do setor privado, em decorrência de uma série de condicionamentos e particularidades das respectivas gestões. No setor público,</p> <p>(A) o paradigma do cliente não pode ser incorporado, pois as organizações públicas não estão orientadas para o mercado e não necessitam, assim, satisfazer a clientela destinatária dos serviços que prestam.</p> <p>(B) o administrador público não pode aderir plenamente à defesa dos direitos do consumidor, sob pena de perder o controle de seus planos orçamentários e distanciar-se das diretrizes governamentais mais amplas, às quais está subordinado.</p> <p>(C) o paradigma do cliente acaba por ser negado em função do caráter de universalidade da atuação do Estado, que deve fornecer serviços de igual qualidade para todos os cidadãos, independentemente de suas necessidades e opiniões individuais.</p> <p>(D) a perspectiva do cliente tem impacto reduzido, dada a impossibilidade legal e política de se promover alterações na qualidade dos serviços prestados pelo Estado, na medida em que seu foco deve ser a ampliação dos cidadãos alcançados.</p> <p>(E) o dever de atender está cerceado pela presença de interesses burocráticos ou corporativos e contrapõe-se à limitação dos recursos públicos, o que acaba por determinar a oferta de serviços que nem sempre satisfazem a massa de clientes atendida.</p>	<p>52. Como forma de equacionar a crise do Estado, consistente na escassez de recursos frente ao aumento das demandas sociais, surge o conceito de Estado empreendedor, o qual caracteriza-se por</p> <p>(A) criar condições institucionais que mobilizem e organizem o processo governamental, tendo em vista a inovação permanente, a superação de obstáculos e o alcance de resultados efetivos.</p> <p>(B) fomentar a criatividade e a ousadia, mas, principalmente, a disposição de correr riscos para encontrar as soluções mais inovadoras.</p> <p>(C) implementar uma nova forma de utilização de recursos públicos, cujo principal critério é a elaboração de planos detalhados por uma equipe de especialistas com experiência e visão de mercado.</p> <p>(D) incentivar a formação de líderes que, por sua capacidade de mobilização e persuasão, sejam capazes de instaurar uma nova dinâmica na ação governamental.</p> <p>(E) propiciar a adesão a procedimentos mercadológicos e a orientação para busca de lucro como critérios para dinamizar as organizações e romper com as rotinas burocráticas.</p>
<p>51. O Programa Nacional de Desburocratização, implantado no início dos anos 80, idealizado pelo Ministro Hélio Beltrão, caracterizou-se</p> <p>(A) pela retomada dos conceitos contidos no Decreto-Lei nº 200, de 1967, buscando, assim, a atuação administrativa centralizada, sem, no entanto, deixar de lado a dimensão política do governo.</p> <p>(B) pela diminuição do peso das instituições burocráticas no serviço público, procurando retomar alguns procedimentos tradicionais da rotina administrativa, não necessariamente alinhados com a eficiência.</p> <p>(C) pela implementação por meio de uma sólida base parlamentar de apoio, o que lhe forneceu condições inéditas de sustentabilidade.</p> <p>(D) por focalizar o usuário do serviço público e divulgar amplamente seus princípios norteadores, concentrando-se na produção de mudanças no comportamento e na atuação da burocracia pública.</p> <p>(E) pela introdução, no setor público, de alguns estilos gerenciais baseados nos modelos e princípios administrativos do setor privado, conseguindo, assim, a ampla adesão de empresas estatais e dos principais grupos financeiros do País.</p>	<p>53. A respeito da abordagem da gestão de resultados na Administração Pública, é correto afirmar:</p> <p>(A) O Plano Plurianual prevê clara relação entre os resultados dos programas e os resultados das políticas públicas aos quais se relacionam.</p> <p>(B) Planejamento estratégico é uma abordagem de negócios centrada em variáveis de mercado e sua utilização em organizações públicas gera resultados distorcidos.</p> <p>(C) O componente institucional das avaliações de desempenho utilizadas para efeito de pagamento das gratificações variáveis considera, na maior parte das vezes, metas de ações e não de desempenho.</p> <p>(D) A gestão de resultados tem como vantagem a alta correlação entre complexidade do contexto geral e de setores específicos e a revisão de objetivos e metas.</p> <p>(E) A maior dificuldade na aplicação desse conceito, pela Administração Pública, consiste na ausência de instrumentos capazes de refletir os objetivos estratégicos do Estado.</p>

<p>54. Na última década, tem se verificado o crescimento do chamado “terceiro setor”, com a proliferação de organizações não governamentais (ONGs). A respeito dessas entidades, é correto afirmar que</p> <p>(A) atuam muito próximas dos partidos políticos de esquerda e, por tal razão, concentram-se na área de defesa dos direitos humanos e sociais, atuando fora dos quadros constitucionais do Estado.</p> <p>(B) atuam quase que exclusivamente no campo ecológico e ambiental, dada a facilidade de obter financiamento internacional para desenvolvimento de projetos nessa área e dado o maior apelo político das questões ambientais.</p> <p>(C) concorrem deslealmente com os governos democraticamente constituídos, pois não estão obrigadas a prestar contas de seus atos nem se submetem aos mecanismos eleitorais de legitimação e aprovação popular.</p> <p>(D) funcionam basicamente como centros geradores de novas idéias e de novos comportamentos coletivos, agindo apenas como instrumentos de pressão sobre governos pouco representativos e distantes dos interesses da população.</p> <p>(E) formam um universo complexo, sendo que algumas atuam com enfoque despolitizador, procurando substituir o Estado, e outras atuam com claro direcionamento político, buscando estimular a cidadania nos grupos menos favorecidos da sociedade, introduzir modificações nas prioridades governamentais e superar a dinâmica burocrática dos aparatos públicos.</p>	<p>56. O enfoque gerencial da Administração Pública costuma ser associado à ideologia neoliberal, em função de</p> <p>(A) as técnicas de gerenciamento serem quase sempre introduzidas ao mesmo tempo em que se realiza um ajuste estrutural para combater o <i>déficit</i> fiscal.</p> <p>(B) ambas as abordagens defenderem o estado mínimo, com o governo atuando apenas no chamado núcleo estratégico, sendo que, para tanto, afigura-se necessário definir processos e recompensar o mérito dos funcionários.</p> <p>(C) ter sido introduzido pela equipe do governo Thatcher, em 1979, como forma de diminuir o tamanho do Estado na economia e reverter o processo de decadência econômica da Inglaterra.</p> <p>(D) ambas as abordagens defenderem a necessidade de servidores competentes, bem treinados e bem pagos, com o objetivo de servir o cidadão.</p> <p>(E) terem em comum a premissa de que o Estado deve intervir diretamente no setor econômico, em substituição à iniciativa privada, razão pela qual deve-se aplicar aos servidores os métodos de gestão, orientados para a obtenção de resultados.</p>
<p>55. A questão da excelência dos serviços públicos tem merecido destaque no debate contemporâneo a respeito do Estado e da Administração Pública. Os padrões superiores de excelência nos serviços públicos são adquiridos em decorrência,</p> <p>(A) basicamente, da observância do sistema de controle, independentemente das metas gerenciais estabelecidas.</p> <p>(B) principalmente, da adoção de novas filosofias gerenciais e organizacionais, da valorização dos recursos humanos e da incorporação, pelos servidores públicos, da perspectiva da cidadania.</p> <p>(C) especificamente de demonstrarem qualidade na medida em que atendem às expectativas dos contribuintes independentemente dos custos e da quantidade de recursos mobilizados.</p> <p>(D) essencialmente, da incorporação pelo servidor de uma nova postura ética e da generalização de um espírito fiscalizador no setor público.</p> <p>(E) basicamente da observância das normas que definem as atribuições e responsabilidades de servidores públicos e usuários.</p>	<p>57. Constitui princípio basilar do conceito original de reengenharia</p> <p>(A) o estabelecimento de alianças estratégicas para segmentação do mercado.</p> <p>(B) o drástico enxugamento do quadro de pessoal.</p> <p>(C) a fusão de estruturas e eliminação de redundâncias.</p> <p>(D) a radical redefinição dos processos em base zero, conhecido como princípio da “folha em branco”.</p> <p>(E) a terceirização em larga escala.</p> <p>58. O Decreto-Lei nº 200, que embasou a reforma administrativa de 1967, é considerado um avanço na busca de superação da rigidez burocrática e é tido como um marco na introdução da administração gerencial no Brasil. O referido diploma legal</p> <p>(A) estabeleceu mecanismos de controle de resultados e avaliação de desempenho dos entes descentralizados.</p> <p>(B) desencadeou um movimento de centralização progressiva das decisões no executivo Federal.</p> <p>(C) introduziu uma política desenvolvimentista, fundada em parcerias com o setor privado.</p> <p>(D) promoveu a multiplicação de órgãos de planejamento junto às Administrações Públicas federal, estadual e municipal, com o objetivo de formularem planos regionalizados de fomento à indústria.</p> <p>(E) possibilitou a transferência de atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, visando a alcançar descentralização funcional.</p>

59. Constitui exemplo do enrijecimento burocrático sofrido pela Administração Pública contemporânea, após a edição da Constituição Federal de 1988,

- (A) a generalização do procedimento licitatório também para os entes descentralizados, não obstante a exclusão, em relação aos mesmos, da regra do concurso público.
- (B) a transferência maciça de atribuições e recursos a Estados e Municípios.
- (C) a subordinação dos entes descentralizados às mesmas regras de controle formal utilizadas na Administração direta.
- (D) a obrigatoriedade de isonomia salarial entre os diversos poderes.
- (E) a não delimitação das atribuições e competências da União, Estados e Municípios, gerando sobreposição de órgãos nas diversas esferas de governo.

60. O modelo de Estado subsidiário propugna a participação do setor público apenas nas áreas onde a iniciativa privada mostre-se deficitária. Tal modelo dá ênfase à atuação da Administração na função de fomento, podendo-se citar como um de seus instrumentos as Organizações Sociais, que

- (A) integram a estrutura da Administração, como entidades descentralizadas, atuando em setores essenciais, porém não exclusivos do Estado, tal como saúde e educação.
- (B) são entidades do setor privado que, após receberem a correspondente qualificação, passam a atuar em colaboração com a Administração, podendo receber recursos orçamentários.
- (C) pertencem originalmente ao setor privado e, após receberem a correspondente qualificação, passam a ser consideradas entidades públicas.
- (D) são entidades do setor privado, declaradas por lei como de interesse público, que gozam de privilégios fiscais.
- (E) são entidades privadas, cuja atuação é subsidiária à atuação pública no fomento a atividades comerciais e industriais.